REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA DO AMAZONAS

ATA DA REUNIÃO OCORRIDA NO FORMATO ONLINE

No dia 02 de fevereiro de 2026, reuniram-se em sala virtual os seguintes integrantes da Rede Controle: Alessandro Moreira (CGM Manaus), Edinaldo Aquino Medeiros (MPAM), João Victor Aranha (AGU), Lúcia Magalhães (CGE), Maria Esmeralda Rodrigues (CGU), Mário Roosevelt (TCE), Sergio Fontes (TCE), tendo início às 14h05 e finalizada às 15h50, quando foram debatidos e decididos o que segue:

Inicialmente foi aberta a reunião pela representante da Coordenação, Lúcia Magalhães, ao agradecer a participação de todos, manifestou satisfação e honra para a Controladoria-Geral do Estado ao assumir a coordenação da Rede de Controle no ciclo-2026, além de ressaltar o significativo avanço institucional alcançado nos últimos anos. Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Edinaldo Medeiros, coordenador da Rede, ciclo 2024-2025, que agradeceu a parceria de todos para as ações da Rede de Controle no Amazonas. Dando continuidade, foi dada a palavra a todos os presentes para que apresentassem e indicassem as expectativas para 2026. Em síntese, os representantes fizeram exposições institucionais e foi destacado que, no período recente, a Rede de Controle deixou de atuar predominantemente como espaço de mera troca interna de informações entre órgãos, passando a adotar um perfil mais proativo, preventivo, orientador e voltado à sociedade, o que contribuiu para o aumento de sua visibilidade e relevância institucional. Foi registrado reconhecimento expresso ao trabalho desenvolvido pela coordenação anterior, ressaltando-se o salto qualitativo ocorrido na atuação em Rede, especialmente no fortalecimento da integração entre os órgãos e na aproximação com o controle social. Em seguida, o representante do MPAM ressaltou a importância estratégica da atuação em Rede, destacando que o trabalho conjunto entre os órgãos de controle tem proporcionado ganhos relevantes em eficiência, capilaridade e impacto institucional. Enfatizou a atuação do Ministério Público na expedição de orientações e recomendações voltadas ao fortalecimento da transparência pública, especialmente no que se refere aos portais de transparência municipais, bem como a necessidade de considerar as peculiaridades dos municípios do interior do Estado. Reforçou, ainda, a indispensabilidade da parceria com o Tribunal de Contas, dada a capacidade técnica instalada naquele Órgão, bem como a disposição do MPAM em ampliar a atuação integrada ao longo do ano de 2026. O representante da CGM/Manaus apresentou um panorama das ações em curso, destacando: a realização recente de concurso público, com previsão de nomeação gradual dos aprovados; a elaboração e futura aprovação do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração; a adoção de metodologia de auditoria baseada em riscos, com atuação descentralizada em secretarias estratégicas; a implementação e compartilhamento do sistema de auditoria Apoena, em parceria com a CGE/AM; o desenvolvimento de programas de integridade, inclusive voltados a fornecedores; a modernização do Portal da Transparência, com previsão de uso de inteligência artificial aplicada à transparência ativa, passiva, ouvidoria e

auditoria. Foi enfatizado o compromisso da CGM/Manaus com a cooperação técnica e o compartilhamento de soluções com os demais órgãos da Rede. A representante da CGU, Sra. Esmeralda Rodrigues, destacou diagnóstico realizado no Estado do Amazonas, apontando: fragilidade significativa da transparência pública, sobretudo no âmbito municipal; incipiência estrutural do controle interno nas prefeituras, muitas vezes reduzido a atuação meramente formal. Ressaltou que, diante desse cenário, o trabalho em Rede tornou-se essencial para a promoção de avanços graduais e sustentáveis. Enfatizou o caráter orientador e preventivo da Rede de Controle, em complemento às ações repressivas. Apresentou o Programa Time Brasil, iniciativa da CGU voltada ao fortalecimento da governança, integridade e transparência, sendo incentivada a adesão por parte dos entes estaduais e municipais. Também anunciou a realização de evento temático sobre o Custo Amazônico, com previsão para os dias 16 e 17 de abril de 2026, destacando a importância da participação institucional da Rede. O representante da AGU, Sr. João Victor, registrou sua recente assunção à chefia da Unidade e manifestou-se como ouvinte, colocando a Instituição à disposição para colaborar com os trabalhos da Rede de Controle e acompanhar os debates, especialmente no que se refere ao Custo Amazônico e às demais pautas estratégicas. O representante do TCE/AM, Sr. Sérgio Fontes tratou da criação e estruturação de Secretaria de Inteligência, voltada à antecipação de riscos e apoio à tomada de decisão. O representante do TCE/AM, Sr. Mário Roosevelt, ressaltou a importância do fortalecimento dos controles internos municipais, evidenciando fragilidades recorrentes identificadas nas fiscalizações; as dificuldades logísticas e operacionais inerentes ao estado do Amazonas, com reflexos diretos nos custos das contratações públicas; a necessidade de auditorias baseadas em mapeamento de riscos, especialmente em áreas sensíveis como saúde, educação, infraestrutura e eventos culturais. Ressaltou a relevância da atuação preventiva e orientadora, sem prejuízo das ações de controle externo e responsabilização quando necessárias. A representante da CGE/AM, Sra. Lúcia Magalhães, fez um resumo das ações da Controladoria do Estado, especialmente quanto ao acompanhamento dos diversos planos de integridade aprovados pelas Unidades da Administração Pública estadual, os quais serão monitorados em 2026; a edição dos Decretos estaduais n.º 53.272/2024 e 53.273/2024, que tratam, respectivamente, sobre o Sistema Apoena, como sistema oficial de auditoria governamental no âmbito da Administração Pública estadual e sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo do Estado do Amazonas, coordenado pela Controladoria-Geral do Estado e integrado pelas unidades de controle interno de cada órgão e entidade da Administração Pública Estadual; a autorização do Governador para realização do concurso público para provimento de cargos de auditor interno para a CGE/AM. Abertos os debates, foram aprofundados os seguintes temas: a) custo Amazônico, suas implicações nas contratações públicas e a necessidade de tratamento normativo diferenciado; b) razoabilidade e proporcionalidade dos gastos públicos, especialmente em eventos culturais; c) impactos das emendas parlamentares na execução orçamentária e necessidade de transparência; d) fortalecimento do controle interno municipal; e) ampliação da visibilidade institucional da Rede de Controle; f) produção de documentos orientativos, notas técnicas e guias de boas práticas; g) parcerias com universidades e conselhos profissionais para difusão da cultura de controle. Após os debates, restaram definidos os seguintes encaminhamentos: a) Regimento Interno da Rede de Controle: A minuta será revisada pelo MPAM e disponibilizada aos demais órgãos para aprovação formal na próxima reunião; b) Plano de Ação, para 2026; foi apresentada minuta do Plano de Ação, elaborado pela CGE/AM, estruturado em eixos estratégicos: governança, controle interno/gestão de riscos e integridade. Ficou acertado que cada Órgão deverá analisar e propor ações viáveis, para definição na próxima reunião da Rede; c) Evento sobre o Custo Amazônico: com previsão para realização em abril de 2026, deve contar com apoio institucional da Rede; d) Portal da Rede de Controle: a hospedagem

será no Portal da CGE/AM, com publicação de atas das reuniões, documentos gerais, notícias sobre eventos e materiais orientativos. Ao final, a Sra. Lucia Magalhães agradeceu a participação de todos, reforçou o compromisso com a atuação integrada, preventiva e orientadora da Rede de Controle, e encerrou a reunião, ficando registrados os encaminhamentos para acompanhamento nas próximas reuniões. Por fim, ficou definida a próxima reunião da REDE para o dia 03 de março de 2026.

Manaus, 2 de fevereiro de 2026.